



## Indígenas sertanejos e o Tupi Nheengatu: resistência e luta contra a mineração e pela demarcação da terra

### *Indigenous people of the backlands and the Tupi Nheengatu: resistance and struggle against mining and for land demarcation*



**Iara Vanessa Fraga de Santana<sup>1</sup>**

UECE, Pacatuba, CE, Brasil

**Sarah Suyane Carneiro Silva<sup>2</sup>**

UECE, Fortaleza, CE, Brasil

**Lorrana Clara Castro Silva<sup>3</sup>**

UECE, Fortaleza, CE, País



<sup>1</sup> **Iara Vanessa Fraga de Santana**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3718-2739>.

UECE

Assistente Social, docente do curso do Serviço Social da UECE. Integra a Diretoria Executiva do Instituto Terramar, a Articulação Antinuclear do Ceará e a atual gestão do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Software, Supervisão, Validação e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2678045929535355>.

E-mail: [iara.santana@uece.br](mailto:iara.santana@uece.br)

<sup>2</sup> **Sarah Suyane Carneiro Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3508-2857>.

UECE

Estudante de Serviço Social e bolsista do projeto de extensão AGUAR.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Software, Supervisão, Validação e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2046534298867947>

E-mail: [sarah.suyane@aluno.uece.br](mailto:sarah.suyane@aluno.uece.br)

<sup>3</sup> **Lorrana Clara Castro Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7440-2051>.

UECE

Estudante de Serviço Social e bolsista do projeto de extensão AGUAR.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Software, Supervisão, Validação e Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5068489720644760>

E-mail: [lorrana.castro@aluno.uece.br](mailto:lorrana.castro@aluno.uece.br)





**Purumã Potyguara Wirawasu<sup>4</sup>**

UFC, Monsenhor Tabosa, CE, Brasil

**Maria Arli Correia do Nascimento/ Sibá<sup>5</sup>**

Escola Indígena Povo Caceteiro, Monsenhor Tabosa, CE, Brasil



## Resumo

O presente artigo objetiva visibilizar a trajetória de luta e resistência dos povos indígenas do sertão do Ceará, através da retomada da língua tupi-nheengatu, sendo essa uma das formas de resistência a megaprojetos que ameaçam seu território. Ocupando ancestralmente a Terra Indígena Serra das Matas, as etnias Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia, lutam pela demarcação de suas terras em meio a diversos enfrentamentos de mineração, a exemplo do Consórcio Santa Quitéria que ameaça explorar urânio e fosfato. Esses territórios se encontram no estado do Ceará, nos municípios de Monsenhor Tabosa, Tamboril, Boa Viagem e Santa Quitéria. Realizamos esse trabalho a partir de aproximações com a Articulação Antinuclear do Ceará (AAEC) e com o Movimento Indígena Potigatapuia. Também elaboramos as reflexões seguintes através de revisão bibliográfica e documental, bem como de participação em algumas oficinas de construção do protocolo de consulta livre, prévia e informada do referido movimento indígena, realizadas no período de outubro de 2023 a março de 2024. Essa articulação com o Movimento Potigatapuia está prevista no projeto de extensão *Aguar: cultivando resistência e fortalecendo o modo de vida de povos e comunidades tradicionais do sertão cearense que estão na rota de risco da mineração de urânio e fosfato*, aprovado na Chamada Pública Nº 84/2023. Alguns dos resultados iniciais confirmam a importância da língua materna na luta pela demarcação da terra indígena e, desta, no enfrentamento à mineração.

<sup>4</sup> **Purumã Potyguara Wirawasu**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0689-7209>.

UFC, Escola Indígena Povo Caceteiro.

Indígena, Professor da Escola Indígena Povo Caceteiro, graduando em Licenciatura Pedagogia e Intercultural pela Universidade Federal do Ceará, agricultor, cantor e compositor de canções na língua Tupi Nheengatu.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Software, Supervisão, Validação e Visualização.

Lattes: não possui.

E-mail: [jardellva93@gmail.com](mailto:jardellva93@gmail.com).

<sup>5</sup> **Maria Arli Correia do Nascimento/ Sibá**, ORCID: não possui

Escola Indígena Povo Caceteiro

Indígena, Professora da Escola indígena Povo Caceteiro e estudante de Serviço Social.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia, Obtenção de Financiamento, Recursos, Software, Supervisão, Validação e Visualização.

Lattes:

E-mail: [sibapovocaceteiro2016@gmail.com](mailto:sibapovocaceteiro2016@gmail.com)



**Palavras-chave:** Tupi Nheengatu. Movimento Indígena. Mineração. Demarcação.

## **Indigenous sertanejos and the Tupi Nheengatu: resistance and fight against mining and for land demarcation.**

### **Abstract**

This article aims to visualize the trajectory of struggle and resistance of indigenous peoples in the backlands of Ceará, through the resumption of the Tupi-nheengatu language, which is one of the forms of resistance to megaprojects that threaten their territory. Ancestrally occupying the Serra das Matas Indigenous Land, the Potiguara, Tabajara, Gavião and Tubiba-Tapuia ethnic groups fight for the demarcation of their lands in the midst of various mining confrontations, such as the Santa Quitéria Consortium, which threatens to exploit uranium and phosphate. These territories are located in the state of Ceará, in the municipalities of Monsenhor Tabosa, Tamboril, Boa Viagem and Santa Quitéria. We carry out this work through contact with the Ceará Antinuclear Articulation (AACE) and the Potigatapuia Indigenous Movement. We also developed the following reflections through a bibliographic and documentary review, as well as participation in some workshops to create the free, prior and informed consultation protocol of the aforementioned indigenous movement, carried out from October 2023 to March 2024. the Potigatapuia Movement is foreseen in the Aguar extension project *Aguar: cultivating resistance and strengthening the way of life of traditional people and communities in the backlands of Ceará who are on the risky route of uranium and phosphate water mining*, approved in Public Call No. 84/2023. Some of the initial results confirm the importance of the mother tongue in the struggle for the demarcation of indigenous land and, therefore, in the fight against mining.

### **Keywords**

Tupi Nheengatu. Indigenous Movement. Mining. Demarcation.

### **Introdução**

Desde o período da colonização, quando a nascente classe mercantilista buscava se expandir em busca de especiarias, para além das fronteiras do velho continente europeu, os povos indígenas e outras comunidades tradicionais da América Latina e África, passaram por radicais transformações. O modo de vida de diversos



grupos étnicos com as suas tradições e saberes ancestrais sofreram um vasto apagamento. Além do genocídio, houveram tentativas de integração das populações indígenas à sociedade “civilizada” e “evoluída”, à exemplo dos aldeamentos para catequização. Durante os séculos XVI a XIX esses (as) indígenas brasileiros (as) resistiram, lutando e enfrentando o sistema colonial. Foram rebeliões, guerras, etnocídios e até seu afastamento de territórios ocupados milenarmente. No momento presente, os povos que sobreviveram, habitam todo o território nacional e vem sofrendo ameaças decorrentes de expropriações contemporâneas, agora resultantes dos grandes processos expansivos do capital, a exemplo dos megaprojetos de mineração que exploram a terra e sua biodiversidade.

Os indígenas do povo Gavião, Tabajara, Tubiba-Tapuia e Potiguara, resistem aos avanços do Consórcio Santa Quitéria e a outros projetos de mineração. Dentre as estratégias de luta contra esse “projeto de morte”, como dizem, está a construção do protocolo de consulta livre, prévia e informada do movimento indígena potigatapia, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e a retomada da língua, através do ensino do Tupi Nheengatu, nas 28 aldeias que estão na Serra das Matas e fazem parte do movimento. Para além da aprendizagem é uma maneira de resistir, afirmando a sua ancestralidade.

Portanto, neste trabalho buscamos destacar a importância do ensino nas escolas indígenas do Tupi Nheengatu, para continuidade do modo de vida indígena, fortalecendo identidade cultural, acesso à Educação, à memória e à história. Quando revisitamos a formação social e econômica brasileira observamos que a resistência à escravidão, das populações indígenas e negras, foram essenciais para a existência desses povos. A invasão colonizadora representou para os indígenas o extermínio de seu povo e de sua cultura. Segundo Ribeiro (1995, p.42):

Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. Mesmo porque, no seu mundo, mais belo era dar que receber. Ali, ninguém jamais espoliou ninguém e a pessoa alguma se negava louvor por sua bravura e criatividade. Visivelmente, os recém-chegados, saídos do mar, eram feios, fétidos e infectos. Não havia como negá-lo. É certo que, depois do banho e da comida, melhoraram de aspecto e de modos. Maiores terão sido, as esperanças do que temores daqueles primeiros índios. Tanto assim é que muitos deles



embarcaram confiantes nas primeiras naus, crendo que seriam levados a Terras sem Males, morada de Maíra (Newen Zeytung, 1515). Tantos que o índio passou a ser, depois do pau-brasil, a principal mercadoria de exportação para a metrópole.

Então buscando maneiras de ordenar a reprodução do capital no Brasil, é implementado as sesmarias, grandes extensões de terras que agora pertenciam à coroa portuguesa. Essas terras eram doadas a senhores/colonos vindos de Portugal para que ficassem com o dever de produzir na terra. Essas divisões de terras “abandonadas”, como se anteriormente já não fossem ocupadas com as produções e a vida dos povos indígenas, fundamenta a questão agrária brasileira, problema enfrentado até hoje no país.

No Ceará, os colonos se empenharam na criação de gado, que transformou a nossa floresta em pasto, bem como no plantio de algumas monoculturas. Essas atividades alteraram a biodiversidade e as formas como essas populações se relacionavam com a terra e com o território. Com a criação da Lei de Terras em 1850, aqueles (as) que antes ocupavam e trabalhavam na terra, por não conseguir comprá-la, passaram a ser os “invasores”. Assim, fica evidente que o conflito pela terra é histórico e se inicia na colonização, faz parte das raízes que formaram o Brasil e está em constância até hoje, como relata Krenak no primeiro episódio de *Guerras da conquista* (2019):

O Brasil não existia, o Brasil é uma invenção, e a invenção do Brasil, ela nasce exatamente da invasão, inicialmente feita pelos portugueses, depois continuada pelos holandeses, depois continuada pelos franceses, num modo sem parar, onde as invasões nunca tiveram fim, nós estamos sendo invadidos agora.

Vale citar que a colonização não se deu de forma pacífica, os indígenas travaram intensos e diversos conflitos para a proteção de sua vida, entendendo que para os povos indígenas a relação com o território que vivem é também espiritual. Essa relação que os (as) conecta com seus (suas) ancestrais, assim como com a natureza - com os rios, as árvores, as pedras e as montanhas, são elementos sagrados. Então é preciso desmistificar a ideia de que esses povos foram passivos ao processo da





colonização, onde houveram momentos de cooperação entre diferentes grupos étnico para defesa dos seus territórios, fato que foi reiterado por Oliveira e Freire (2006), ao fazerem um balanço final sobre o conflito no semiárido nordestino:

A ‘guerra dos bárbaros’ revelou que as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais, como a que permitiu a associação de diversos povos contra os portugueses (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 55, grifo do autor.)

Ademais, apesar da resistência indígena, do conhecimento da terra e conhecimento dos bens naturais. A ação dos invasores foi além do genocídio, se deu na alienação para fomentar guerras entre os povos, o que auxiliava no processo de extinguir os indígenas enquanto saqueavam os bens dessa terra, outro fator crucial foi alto contágio de doenças entre os indígenas, de acordo com o antropólogo Carlos Fausto:

Anchieta fala de 30 mil mortos indígenas por varíola no recôncavo baiano, não dá nem pra enterrar todo mundo, você tem que ter essa ideia que de repente o mundo começa acabar, todo mundo começa a morrer. (GUERRAS, 2018).

Apesar das tentativas de aniquilação das diversas etnias que existiam no Brasil, de acordo com os dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) O Brasil tem cerca de 1,7 milhão de indígenas autodeclarados de 305 etnias, o que representa 0,83% do total de habitantes do país, presentes em todas as regiões do Estado.

No projeto de extensão AGUAR nos juntamos com as etnias Tabajara, Tubiba-Tapuia, Potiguara e Gavião, que juntas formaram o movimento Potiguatapuia, movimento que tem o objetivo de estreitar as relações e assim construir uma base forte, para combater as diversas ameaças que seus territórios sofrem, como o Consórcio Santa Quitéria, que desde 2012 visa a efetivação desse projeto de mineração de urânio e fosfato, que ameaça a vida, pois o projeto de acordo com o Relatório da Missão Santa Quitéria (2022, p. 27.) prevê um consumo médio de água de 855,2 m<sup>3</sup>/h, o que



corresponde a 7.491.552,00 m<sup>3</sup>/ano (aproximadamente 7,5 milhões de m<sup>3</sup>/ano), em uma área onde o bioma predominante é caatinga com clima semiárido, que tem como característica temperaturas mais altas e uma vegetação que resiste a poucas chuvas, algo que também constitui o ambiente, o que já demonstra a problemática deste projeto ser implementado nessa região, mas ainda devemos considerar as mudanças climáticas que podem piorar o abastecimento, o projeto prevê também escavações subterrâneas para encontrar outras fontes de água, o que ameaça afetar não só aos rios da região, mas as encanações, poços, cacimbas e cisternas. O perigo existente é de secar completamente a região, é importante destacar também o perigo da radioatividade inutilizar, as águas, solos e o ar, promovendo a morte e adoecimento de toda vida que existe na região, com o perigo até de afetar o Ceará inteiro. O projeto de extensão auxilia na construção do Protocolo de Consulta, ferramenta jurídica assegurada pela Convenção 169, que dá o direito aos povos indígenas de serem consultados sobre qualquer empreendimento ou construção que pretende ser feito em seus territórios, contendo as exigências do movimento, como o local que deve ser feito a consulta, quem deve ser consultado, quem pode estar presente ou não na consulta, entre outros aspectos que visam a proteção e efetivação do direito da consulta, livre, prévia e informada. O protocolo em construção será para o movimento Potigatapuia, onde abrange todas as 28 aldeias e 4 etnias indígenas do movimento, que foram divididas em 5 grupos para facilitar a realização das rodas de conversas e discussões sobre o protocolo, considerando que é um documento para todos e que deve ser feito em conjunto. No quadro a seguir a forma como as aldeias se organizaram;

Quadro 1: Organização das aldeias para realização da construção do protocolo de consulta livre, prévia e informada do Movimento Indígena Potigatapuia.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
Aldeia	Queimadas, 16	Aldeia Mundo	Aldeia Espírito	Aldeia Arara



Quixaba, 34 famílias.	famílias.	Novo, 31 famílias.	Santo, 56 famílias.	dos Francos, 17 famílias.
Aldeia Lagoa dos Vinutos, 40 famílias.	Aldeia Kamiranga, 01 família.	Aldeia Passarinho, 01 família.	Aldeia Várzea, 54 famílias.	Aldeia Gameleira, 24 famílias.
Aldeia Massapê, 56 famílias.	Aldeia Pelada, 18 famílias.	Aldeia Chupador, 15 famílias.	Aldeia Longar, 60 famílias.	Aldeia Arara dos Marianos, 16 famílias.
Aldeia Volta do Rio, 24 famílias.	Aldeia Merejo, 16 famílias.	Aldeia Grota Verde, 81 famílias.	Aldeia Passagem, 47 famílias.	Aldeia Pitombeira, 129 famílias.
Aldeia Trizidela, 50 famílias.	Aldeia Boa Vista, 31 famílias.	Aldeia Tourão, 27 famílias.	Aldeia Pau Ferro, 17 famílias.	Aldeia Pitombeira dos Beneditos, 15 famílias.
	Aldeia Salgado, 09 famílias.	Aldeia Mosquito, 09 famílias.		
		Aldeia Jacinto, 55 famílias.		

Fonte: Elaboração dos/das autores/as.

## **Tupi Nheengatu - O resgate da língua materna e o fortalecimento de vínculos comunitários do movimento indígena Potigatapuia.**

A etimologia de Nheengatu significa “língua boa”, *Nheen* (língua) e *gatu* (boa). O Tupi Nheengatu ou Tupi Moderno, é a língua falada por indígenas e seus





descendentes, colonos portugueses, e africanos escravizados na época do Brasil colonial. Nunca foi a língua de uma etnia específica, também não foi inventado pelos jesuítas, tampouco é resultado da fusão do Tupi antigo (Tupinambá) com o Português, contudo foi adotada pelos colonizadores para a comunicação cotidiana com diversas etnias indígenas. É resultado de 500 anos de história do Tupi antigo (Tupinambá). De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010 existiam 274 línguas indígenas, e no censo de 2022 o Brasil conta com cerca de 1,7 milhão de indígenas autodeclarados de 305 etnias.

Aqui destacamos as etnias indígenas do movimento Potigatapuia. Vale ressaltar que quase a totalidade desses territórios do movimento Potigatapuia, ainda aguardam pela demarcação de terra pelo Governo Federal. Esse movimento indígena está presente no Estado do Ceará, nos municípios de: Monsenhor Tabosa, Tamboril, Boa Viagem e Santa Quitéria, onde se encontram as 28 (vinte e oito) aldeias de 4 (quatro) etnias: Potiguara, Gavião, Tabajara e Tubiba Tapuia, juntas formam o movimento Potigatapuia. Esse agrupamento das aldeias e etnias foi estrategicamente pensado para o fortalecimento de reivindicações feitas pelos indígenas, entendem que organizados como um movimento único, ficam mais fortalecidos frente a demarcação de seus territórios e a garantia de seus direitos sociais, econômicos e políticos.

O Ceará conta com 39 (trinta e nove) escolas indígenas, presentes em 16 (dezesseis) municípios onde estão diversos povos. Esses equipamentos educacionais contam com práticas pedagógicas ensinadas pelos (as) professores (as) indígenas não indígenas, seguem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ministério da Educação, e inclui também o ensino da história e cultura indígena, e da língua Tupi Nheengatu. Essas orientações nacionais estão articuladas com as diretrizes da Secretaria da Educação do Estado Ceará (SEDUC) que também são implementadas e compõem sua gestão, a Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (CODEA) e a Célula de Educação do Campo, Indígena, Quilombola (CECIQ).

Historicamente o movimento indígena vem reivindicando o direito de ter seu ensino com práticas que remetem ao reconhecimento, valorização e respeito aos seus saberes ancestrais. A partir das incidências do movimento Potigatapuia - movimento



que é formado por 28 aldeias da Terra Indígena Serra das Matas e inicia sua organização em torno da demarcação da terra indígena podemos observar resultados concretos. O município de Monsenhor Tabosa, por exemplo, aprovou uma Lei que reconhece a língua Tupi Nheengatu como língua cooficial do município. A Lei nº 08 de 15 de Abril de 2021, que dispõe do reconhecimento da língua nativa Tupi Nheengatu que garante:

Art 2º. O município de Monsenhor Tabosa promoverá, na forma de Lei, a criação de programas comunitários com agentes formados na língua nativa Tupi Nheengatu para atuar nas escolas e comunidades indígenas com o objetivo de revitalizar as linguagens culturais do município.

Logo a importância do ensino do tupi dheengatu, vai além de um ensino escolar, fortalece também vínculos comunitários, possibilita uma maior integração das aldeias. O tupi dheengatu contribui na retomada do modo de vida indígena para estudantes e educadores (as), na permanência da identidade e pertencimento étnico, com isso os (as) estudantes também reconhecem a contribuição dos povos indígenas na formação da língua portuguesa, tendo em vista que o tupi tem influência direta nos lexos da mesma.

É relevante citar a diversidade linguística do Brasil e das línguas indígenas e como através do conhecimento do tupi é possível entender a ancestralidade do país. Para os povos indígenas a língua contribui para sua conexão com a ancestralidade, seja física ou espiritual, pois ela tem elo com os elementos da natureza. Então os (as) estudantes desenvolvem essa consciência e compreensão da importância da natureza, e compreensão dos povos indígenas na terra. O ensino propõe habilidades comunicativas flexíveis, para todas as pessoas que participam do processo de aprendizado.

Jardell Purumã, Professor Indígena da Escola Indígena Povo Caceteiro, também autor deste artigo, é um dos principais professores responsáveis por ministrar as aulas de tupi formato teórico e prático, trazendo informações da história, cronologia, morfologia, sintaxe e o vocabulário em todos os processos da aprendizagem. Diego Potiguara, Teka Potiguara e Pajé Toinho são colaboradores do ensino da língua. Considera ainda o processo histórico da língua, que acontecem na forma de aulas práticas através de exercícios com frases e dinâmicas para engajar os mais jovens e



impulsioná-los a interagir em grupo, trabalhando a realidade do dia-a-dia da aldeia. É considerado ainda as especificidades do aprendizado da língua sempre trazendo elementos da realidade indígena para as aulas.

Nas turmas formadas por estudantes que entendem pouco o tupi se inicia as discussões com as classes gramaticais e etimologia. Por vezes a tecnologia se faz aliada e existem dinâmicas com vídeos dos educadores, e atividades online para facilitar o acesso. É relevante citar a importância das aulas de campo no aprendizado, entendendo que para os povos indígenas o contato direto com a natureza enriquece o aprendizado, atividades como visitas, rituais, músicas, danças e artesanatos para manter as aulas dinâmicas e envolver os (as) estudantes na aprendizagem e na cultura do seu povo.

Ademais, relata que o processo para ter o ensino do tupi nas escolas não foi fácil, os governantes não aceitavam a ideia de tornar a escola do município de Monsenhor Tabosa, por exemplo, em uma escola indígena por acreditar que a língua estava em desuso. Então, a principal liderança do movimento Potigatapuia, Teka Potiguara, professora indígena começou ensinando em reuniões com as pessoas da aldeia que se interessavam, normalmente sexta e sábado.

Em 2009, houve uma grande mobilização para reivindicar que o ensino do tupi fosse incluído na matriz curricular e a resistência do poder público permaneceu. A Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), não apoiava e sempre encontrava obstáculos. Um desses impasses foi que o ensino da língua era ministrado por pessoas da própria aldeia, e não por professores (as) certificados no ensino de língua estrangeira. Os/As indígenas não possuíam ainda tal certificação na língua tupi, mas contraditoriamente esses (as) educadores (as) indígenas tinham permissão para realizar o ensino de inglês e espanhol, mesmo sem possuir certificação também para o ensino dessas línguas.

Então a Universidade Federal do Ceará (UFC) abriu um curso com certificação para o ensino da língua tupi e assim o movimento foi avançando na luta e reivindicação para o ensino da língua. Após muitas incidências, no ano de 2011 o ensino da língua foi incluído no Sistema de Gerenciamento (SIGE) das Escolas Indígenas da Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), com uma aula semanal, junto às turmas do 6º ao 9º ano.



Vale citar que os (as) educadores (as) indígenas de Monsenhor Tabosa reivindicam que o ensino do tupi seja incluído no ensino médio e na matriz curricular de todas as Escolas indígena, pois das 8 Escolas indígenas que existem em Monsenhor Tabosa apenas 4 possuem o ensino do tupi, sendo essas a Escola indígena Povo Caceteiro, Escola Indígena Joaquim Ugena, Escola Indígena Cultura Viva e Escola Indígena Yby Porang. A rede pública estadual na região conta com 40 escolas, sendo 15 regulares, 06 profissionais, 05 de ensino médio em tempo integral, 11 indígenas, 01 do campo, 01 Escola Família Agrícola (EFA), 01 Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), além de um Centro Cearense de Idiomas (CCI). Já existe um projeto de lei (CEARÁ, Projeto de Lei nº 57/2024. 2024), que versa sobre essa demanda, que ainda não foi aprovado. Essa caminhada de luta do movimento potigatapuia para a realização do ensino da língua tupi nheengatu nas escolas indígenas, afirma a existência e afirmação do seu modo de vida no sertão do Ceará. Nesses anos de retomada étnica, também conquistaram equipamentos que viabilizam seu acesso à saúde indígena e a outros direitos como à cultura e a organização dos museus indígenas nas aldeias Mundo Novo, Passagem e Boa Vista, bem como à política de habitação e saneamento básico.

Apesar da diversificada presença indígena nesta região, o Consórcio Santa Quitéria (CSQ) não identificou a existência desses povos em sua área de influência. O CSQ é constituído pelas empresas Fosnor - Fosfatados do Norte-Nordeste S/A detentora da marca Galvani e pela empresa pública INB - Indústrias Nucleares do Brasil. A jazida Itaitaia, tem nome de origem indígena que na tradução do tupi para o português significa “pedra de fogo”. Foi descoberta na década de 1970, nas missões nucleares estadunidenses e no início dos anos 2000 houve um processo de licenciamento cancelado, pois as empresas tentaram realizá-lo a partir do órgão ambiental estadual sob a justificativa de que o urânio era residual. A partir de uma Ação Civil Pública foi possível comprovar que o urânio não era residual e seu domínio era de responsabilidade da União.

Passados alguns anos, o Consórcio Santa Quitéria inicia a segunda tentativa de obtenção das licenças ambientais para a exploração da jazida. Em 2014 foi entregue o EIA/RIMA, mesmo ano em que diversas organizações populares e universidades





entregaram um documento identificando irregularidades e insuficiências do estudo. À época, por exemplo, o CSQ afirmava a existência de 5 comunidades na área de influência do projeto, quando Melo (2015) georeferenciou 156 territórios. Em 2019 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) emitiu um parecer contrário do CSQ afirmando a sua inviabilidade hídrica. Na terceira tentativa de obtenção das licenças ambientais iniciadas no ano de 2020 - auge da pandemia da Covid-19, o movimento indígena passa a exigir um direito garantido na Convenção 169 da OIT, qual seja de Consulta Livre, Prévia e Informada.

De acordo com o Parecer Técnico “Análise das omissões e das insuficiências do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referentes ao Projeto Santa Quitéria de mineração de urânio e fosfato” (2022), as aldeias Quixaba e Lagoa dos Vinutos, distam respectivamente 20 km e 25 km em linha reta da jazida de Itataia, onde se encontram os referidos minérios.

O CSQ corresponde às estratégias de acumulação capitalista nesta fase de acumulação cujos bens comuns têm sido importantes alvos para a composição dos lucros. (Harvey, 2011). Nesta nova tentativa de obtenção das licenças, as empresas buscam produzir 1.050.000 toneladas de fertilizantes fosfatados de alto teor para nutrição de plantas, 220.000 toneladas de fosfato bicálcico para ração animal e 2.300 toneladas de concentrado de urânio (Tetra Mais, Vol. I, p.14). Apesar desta nova fase o EIA/RIMA não apresentou consideráveis mudanças. Os riscos à saúde humana, à flora e à fauna ofertados pela exploração do urânio e os seus decaimentos permanecem sem visibilidade no estudo. Assim como também não estão presentes no EIA/RIMA do CSQ a identificação das comunidades quilombolas, povos de terreiros e pescadores (as) que também estão presentes nos municípios que estão na área de influência do Consórcio. É em razão dessa grave violação aos direitos humanos de povos e comunidades tradicionais que o movimento indígena potigatapuia está realizando a construção do seu protocolo de consulta livre, prévia e informada. E além do protocolo, a retomada da língua e todas as outras incidências de enfrentamento ao CSQ, miram a demarcação de sua terra.





## Considerações finais

As populações indígenas que resistiram e reinventaram formas de organização para sobreviver ao processo de acumulação primitiva do capital, conforme desenvolvido por Marx em Para a Crítica da Economia Política (2024). Trata-se do período colonial, em que os povos e os bens comuns da natureza foram expropriados para atender as necessidades da nascente sociabilidade burguesa. As expropriações, tema também tratado por Marx (2024), evidencia o processo de separação dos/das trabalhadores/as dos seus meios de produção (terra, madeira, ferramentas, etc.), permanecem na contemporaneidade sob novas roupagens. O Consórcio Santa Quitéria é uma trágica expressão desta fase de acumulação capitalista, cujos bens comuns da natureza são os principais alvos. Por conseguinte, os povos e comunidades tradicionais, que continuam estabelecendo relações diferenciadas com a natureza estão, por isso, em regiões onde as águas, os minérios e as florestas ainda estão vivas.

Neste processo, a partir do projeto de extensão, *Aguar: cultivando resistência e fortalecendo o modo de vida de povos e comunidades tradicionais do sertão cearense que estão na rota de risco da mineração de urânio e fosfato*, pudemos observar nessas aproximações iniciais, participando de algumas das oficinas do protocolo de consulta livre, prévia e informada, que a retomada da língua tupi nheengatu vem sendo uma ferramenta mobilizadora e fortalecedora do povo indígena da Serra das Matas. Que a história e a memória dos tabajara, potiguara, tubiba tapuia e gavião, se levantam para a demarcação da terra e contra a mineração de urânio e fosfato.

Por fim evidenciamos que o movimento indígena potigatapuia tem uma importante expectativa de ser consultados sobre o CSQ, conforme prevê a legislação internacional a qual o Brasil é signatário.

## Referências

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Relatório da Missão Santa Quitéria-CE. Brasília: **Conselho Nacional dos Direitos Humanos**, 2022. Disponível em:







<https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-santa-quiteria-ce1>. Acesso em 08 jul. 2024.

**DECRETO nº 31.057**, de 22 de novembro de 2012 - Redenomina as Escolas Indígenas constantes da Estrutura Organizacional da Secretaria da Educação do Estado do Ceará e dá outras providências. Disponível em:  
<<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20121127/do20121127p01.pdf>> Acesso em: 05 maio. 2024.

DOSSIÊ Ybi Tupãã: Saúde Indígena semeando história, identidade e memória na Serra das Matas, Sertões Cearenses. [S. l.], 2022. Disponível em:  
<https://ceara.fiocruz.br/serpovos/download/dossie-ybi-tupana/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FRUTOS de pesquisa-ação focam no fortalecimento da saúde indígena no sertão cearense. [S. l.], 2022. Disponível em:  
<https://ceara.fiocruz.br/serpovos/2022/05/05/frutos-de-pesquisa-acao-focam-no-fortalecimento-da-saude-indigena-no-sertao-cearense/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

GUERRAS do Brasil.doc. Direção: Luiz Bolognesi. São Paulo: Buriti Filmes, 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Y1rx3\\_PEDqU&t=1191s](https://www.youtube.com/watch?v=Y1rx3_PEDqU&t=1191s). Acesso em: 6 jul. 2024.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. [S. l.]: Boitempo, 2011. 238 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. Rio de Janeiro, 1999. v.58, p.1-143-1-152.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em:  
[https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder\\_indigenas\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf). Acesso em: 04 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Disponível em:  
<<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=4>> Acesso em: 29 jun. 2024.



MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. [S. l.]: Boitempo, 2024. 272 p. v. 34°.

MELO, Rafael Dias de. **Riscos Ambientais, processos de vulnerabilização e Controvérsias em torno do Projeto de Mineração de Urânio e Fósforo em Santa Quitéria, Ceará**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

Ministério da Educação. **Referencial Nacional para Educação Escolar Indígena** (RCNEI). Brasília, 1988.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

**Parecer Técnico. Análise das omissões e das insuficiências do estudo e do relatório de impacto ambiental (eia-rija) referentes ao projeto santa quitéria de mineração de urânio e fósforo**. painel acadêmico sobre os riscos da mineração de urânio e fósforo. Fortaleza, 2022. Disponível em:

<<https://www.renatoroseno.com.br/files/5/8/3/5830124-Parecer-T%C3%A9cnico,-Painel-Acad%C3%AAmico-2022.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2024.

Projeto de lei nº 57/2024. Projeto de Lei que dispõe sobre a inclusão do tema “Normas sobre educação escolar indígena” como conteúdo transversal na grade curricular das escolas públicas indígenas mantidas pelo poder executivo do Estado do Ceará. 2024.

Disponível em: <[https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2024/pl57\\_24.pdf](https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2024/pl57_24.pdf)>

Acesso em: 03 de julho de 2024.

**Plano Nacional de Educação**: lei nº 10.173, de 2001. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 05 maio. 2024.

**Resolução CEE nº 447/2013** - Altera dispositivos da Resolução CEE nº 382/2003, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2013/09/resoluo-n-447.2013.pdf>>

Acesso em: 07 jun. 2024.

**Resolução nº 382/2003** - Dispõe sobre a criação e o funcionamento de escola indígena no Sistema de Ensino do Ceará e dá outras providências. Disponível em:

<<https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2011/08/RES-0382-2003.pdf>>

Acesso em: 04 jun. 2024.



# EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE



SAMPAIO FILHO, Vicente. **Projeto de Lei que dispõe sobre o reconhecimento da língua Tupi Nheengatu como língua cooficial do município de Monsenhor Tabosa:**

Lei nº 08 de 15 de Abril de 2021. Disponível em:

<[https://www.cmmonsenshortabosa.ce.gov.br/requerimentos/83/Arquivo\\_08\\_2021\\_0000001.pdf](https://www.cmmonsenshortabosa.ce.gov.br/requerimentos/83/Arquivo_08_2021_0000001.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2024.

